

Inovação emergente



Nuno Almeida
Professor Instituto Superior Técnico



Eduardo Leite
Vice-presidente ESTG, Universidade da Madeira

Recentemente decorreu na Universidade da Madeira (UMA), o INCORE Open Event. O evento foi realizado na modalidade híbrida (presencial e online), contou com a presença de alunos e docentes e não docentes da UMA e proporcionou a oportunidade de fazer a primeira apresentação pública do novo centro de investigação OCEAN, um hub de inovação e empreendedorismo para as regiões inovadoras emergentes.

O projeto INCORE é financiado pela União Europeia (UE) no total de 1.200.000€, e visa impulsionar a inovação e a capacidade empreendedora das Instituições de Ensino

Superior (IES) das Regiões Ultra-periféricas (RUP) da Europa, aproveitando as oportunidades contextuais e de negócios específicas destas regiões. Acreditamos que a co-criação e a cooperação reforçada entre as PME e as IES das RUP é fundamental para desbloquear o potencial de inovação local e enfrentar os desafios e oportunidades comuns das.

De salientar que, as RUP são ilhas, arquipélagos e territórios abrangidos por três países da União Europeia: Portugal, Espanha e França. São regiões geograficamente muito dispersas e isoladas da Europa continental, tendo sido identificadas como “inovadoras emergentes” (classificação dada às regiões cujo desempenho em inovação é inferior a 50% da média da União Europeia).

A ideia do projeto partiu de todos os parceiros do consórcio. Desde logo, perceberam o interesse comum em fortalecer parcerias e apoiar-se mutuamente na concretização de novas oportunidades de mobilidade, geração e retenção de talento nestas regiões, nomeadamente nas Canárias, Açores, Madeira e Reunião. Na prática, são pequenas ilhas isoladas com dependência energética e alimentar e significativa vulnerabilidade aos impactos climáticos, oportunidades limitadas de emprego e educação; e, por isso, sofrem com uma considerável fuga de talentos para a Europa continental. Por outro lado, todas essas regiões têm um enorme potencial de crescimento azul e verde, recursos naturais úni-

cos, influência geopolítica e estratégica e o forte desejo de um maior envolvimento nas ações da UE.

Para cumprir os ambiciosos objetivos estabelecidos para o INCORE, reunimos IES (Universidad Europea de Canarias, Université de La Réunion e Universidade da Madeira), que agregam capacidade de investigação e inovação académica, alinhada com as necessidades relevantes das RUP. Além disso, o Centro de Investigação de La Palma (Ilhas Canárias) e a Trisolaris Advanced Technologies (Açores) são PME com um sólido foco tecnológico que proporciona um conhecimento “real” dos constrangimentos e soluções para desbloquear a inovação orientada para o negócio nas RUP. Por último, o Instituto Superior Técnico (IST – Universidade de Lisboa) detém as infraestruturas e competências necessárias para coordenar a iniciativa e acrescentar valor aos seus objetivos (o IST tem um longo historial de cooperação empresarial-académica e é uma das IES mais bem-sucedidas do Portugal), resultando num consórcio motivado com o conhecimento e abrangência geográfica necessários para cumprir e mesmo superar os objetivos do projeto INCORE, gerando o maior impacto possível com os recursos limitados disponíveis.

Um dos maiores desafios que temos enfrentado (e que provavelmente é comum a todos os projetos de pesquisa e inovação com cobertura internacional) é a pandemia de Covid-19. As restrições de viagens e constrangimentos à interação

humana afetaram a implementação prática de eventos de formação e atividades de mentoria para estudantes, docentes e não docentes e as interações com as PME, obrigando-nos a transferir (quase) tudo para aplicações online. Consequentemente, tivemos que ministrar cursos de e-learning (e híbridos) e contamos com reuniões virtuais para avançar com os trabalhos.

Acreditamos que os programas personalizados de formação e orientação para jovens empreendedores e start-ups, a desenvolver na segunda fase para aproveitar o potencial de crescimento azul e verde das RUP, serão valiosos para toda a comunidade do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), que é a entidade que gere a iniciativa da União Europeia orientada para IES que financia o projeto INCORE. Não só porque alavancam a inovação e a capacidade empreendedora das IES, mas também pelos temas relevantes para o avanço da Transição Verde da UE.

Acreditamos, para concluir, que, até ao momento, o evento preferido de todos foi o encontro presencial na Madeira. Foi a primeira (e única) oportunidade de conhecer pessoalmente e trabalhar e desfrutar da companhia de colegas que antes só se viam em reuniões online. Certamente é possível fazer a maior parte do trabalho offline ou online, mas esse encontro mostrou o quão importante é a interação social para desbloquear a criatividade e aumentar a cooperação. ■



O Moribun



Tiago Freitas
Especialista em Assuntos Europeus

Temos maioria absoluta e agora?



João Paulo Gomes
Advogado CMS-RPA

Portugal amanheceu no dia 31 de Janeiro de 2022 com um resultado eleitoral nas Legislativas de 2022 que permite ao Partido Socialista formar Governo com maioria absoluta na Assembleia da República, naquele que foi um resultado contra todas as expectativas e contra todas as sondagens (não sabemos se por incompetência, se por estratégia das empresas e entidades que as fazem...). As reações a este resultado variaram da (compreensível) euforia do Partido Socialista, que depois de “digerir” uma “geringonça” e de um orçamento chumbado em 2021 vai poder governar sozinho e a seu bel-prazer (ainda por cima quando vem aí uma bazuca europeia para

distribuir) e a completa depressão da direita clássica da política Portuguesa (PSD e CDS).

Chegados a este ponto, de facto, cumpre perguntar, temos maioria absoluta e agora?

Em primeiro lugar, é importante referir que, em minha opinião, esta maioria absoluta é uma oportunidade única na história do nosso País, e tendo em conta a evolução da política portuguesa e a tendência da política europeia, esta bem poderá ser uma das últimas oportunidades que qualquer Governo terá de implementar as reformas estruturais tão ambicionadas por todos e criar uma base sólida e sustentável para o desenvolvimento e prosperidade das novas gerações.

Pois bem, há de facto uma escolha muito clara a fazer, ou se assume uma postura estadista, assumindo um caminho (talvez) mais difícil, mas também mais importante e teremos um Governo determinado em fazer o que tem de ser feito, como implementar: a Reforma do Estado (há muito “empurrada com a barriga” por todos), a Reforma do Sistema Fiscal (de modo a criar uma base mais justa, equitativa, e

mais baixa do nível dos impostos), um pacto de regime que garanta a estabilidade do Centro Internacional de Negócios da Madeira (importantíssimo e determinante para a economia desta região ultra-periférica), acabar com o fenómeno das baixas médicas fraudulentas, que custam muitos milhões de euros por ano aos cofres do Estado e que nos oneram, a todos sem exceção, com impostos mais altos, menos poder de compra e, por sua vez, originam uma economia mais pequena e, consequentemente, um país cada vez mais na cauda da Europa, assim como, conseguir trazer muitos dos cerca de 300.000 desempregados em Portugal de volta ao mercado de trabalho.

Ou pelo contrário, este Governo poderá assumir o caminho mais fácil e assumir um passeio triunfalista de António Costa sobre a classe política portuguesa, governar os próximos quatro anos sem ter de falar e negociar com ninguém, alegremente distribuindo a “bazuca” europeia que há de vir, repartindo fortunas e granjeando favores pelo caminho, numa lógica de “quem vier a seguir que feche a porta”.

Em primeiro lugar, e goste-se ou não do seu estilo e tendo, ou não, afinidade com a sua cor política (eu por exemplo assumidamente não tenho), é preciso dar os Parabéns a António Costa, esta maioria absoluta é sua e resulta da sua sagacidade e “instinto assassino” político. Desde Sócrates, passando por António José Seguro, pela “geringonça” e pelo PCP, ele efetivamente sobreviveu a tudo e todos, e triunfou neste jogo de sobrevivência, estratégia e troca de apoios que se tornou a política moderna.

Mas em segundo lugar, como português, queria pedir a António Costa que não desbarate a oportunidade única que tem hoje nas suas mãos e pedir-lhe que, agora com o poder político absoluto nas mãos, faça o que tem de ser feito por Portugal, que deixe um país melhor do que aquele que encontrou e que crie condições para que os nossos filhos e os nossos netos possam viver num país próspero e com oportunidades, e não de mão estendida a pagar as dívidas que as gerações anteriores criaram ou enfrentar a emigração forçada. A bem de Portugal e de todos nós... ■

O CDS, não obstante ter tido mais votos que PAN e Livre, no contexto nacional, não conseguiu eleger representação parlamentar, ao contrário daqueles dois partidos. A sua presença e dispersão pelo país, não obstante se encontrar em plano inclinado, prejudica o histórico partido fundador da democracia. Não tanto pelo muito discutido, por estes dias, método de Hondt, mas pela inevitável existência de círculos distritais/regionais. Perante a votação que tiveram, estes três partidos só poderiam eleger um mandato no maior dos círculos. Lisboa. E foi exatamente aí que PAN e Livre, este destacado à frente, tiveram mais votos que o CDS. O Livre, que provou ser um fenómeno trendy essencialmente da capital, onde recolheu quase metade dos seus votos, ainda que tivesse merecido a confiança de menos 20 mil portugueses, comparativamente com os Centristas. Como diria Guterres, “é a vida”. Dito de outra forma, são as regras do jogo democrático. E o CDS de Francisco Rodrigues dos Santos, Ribeiro e Castro e Martim Borges de Freitas, manifestamente não o soube jogar. Em primeiro lugar, e perante a evidên-